

À BEIRA DO ABISMO SOCIAL: CAPITALISMO E DESIGUALDADE ESTRUTURAL¹

Rubens Mascarenhas

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)²

A imagem do abismo, que atravessa o debate contemporâneo sobre o destino da humanidade, não é aqui tomada como recurso alarmista nem como categoria teórica em sentido estrito. Ela funciona como imagem-síntese, uma chave heurística para articular processos que se acumulam, se friccionam e se reforçam no interior do capitalismo contemporâneo: devastação ecológica, precarização do trabalho, crescente centralidade das finanças e a naturalização da barbárie social como custo do progresso. O abismo expressa, assim, uma sociabilidade atravessada por contradições que tornam cada vez mais difícil compatibilizar a reprodução ampliada do capital com a reprodução social e ecológica da vida.

Esse processo histórico remonta à expansão colonial e à acumulação primitiva de capitais a partir do século XVI, quando a modernidade capitalista se constituiu por meio de expropriações, exploração e incorporação desigual de territórios e populações. Estar à

¹ Registro um agradecimento especial ao colega e amigo Jorgeval Andrade Borges, que, generosamente, nos brindou com sua leitura crítica, interlocução e diálogos valiosos durante a construção deste texto.

² Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestre em Ciências Sociais (Política) e Doutor em Ciências Sociais (Relações Internacionais) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutor em Economia Política pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Atualmente é Professor Pleno do Departamento de História da UESB. Pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais, PUC-SP) e líder do Grupo de Estudos de Ideologia e Lutas de Classe (GEILC)/UESB/CNPQ. É membro do Comitê Editorial da UESB. É Diretor e Editor Responsável da Revista Binacional Brasil-Argentina: diálogo entre as ciências (RBBA, ISBN: 2316-1205). Tem diversas publicações em periódicos especializados nas áreas acadêmico-científica e cultural, além de ter organizado diversos livros. Endereço eletrônico: rubensbraz2015@gmail.com

beira do abismo, nesses termos, não significa anunciar o colapso como espetáculo final, mas reconhecer o mal-estar profundo de uma sociabilidade que ameaça, silenciosa e sistematicamente, não somente a coesão social e a estabilidade econômica, mas as próprias bases materiais da reprodução da vida em escala planetária.

O tema aqui abordado tem referência nas reflexões e debates ocorridos no seio do XV Colóquio Nacional e VIII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico da UESB, realizado em 2024, intitulado “À beira do abismo: caminhos da humanidade diante da ameaça de sua extinção”. Trata-se de uma provocação que exige mais do que diagnósticos fragmentados ou leituras moralizantes da realidade social. Exige uma abordagem crítica e totalizante, capaz de apreender as mediações históricas que articulam desigualdade, destruição ambiental, violência e regressões autoritárias, compreendendo tais fenômenos como expressões distintas de uma mesma totalidade contraditória.

À luz do materialismo histórico-dialético – horizonte teórico-metodológico que orienta esta reflexão –, a crise contemporânea não pode ser explicada como resultado de erros pontuais de gestão, desvios éticos individuais ou acidentes fortuitos do curso histórico. Ela remete, antes, às contradições constitutivas do modo de produção capitalista, particularmente em sua configuração contemporânea, marcada pela crescente centralidade das finanças e pela expansão da lógica financeira, pela mercantilização ampliada da vida social e pela subordinação crescente do trabalho e da natureza à lógica da valorização abstrata. Como já indicava Marx (2013), o capital carrega em si uma dinâmica expansiva que, ao produzir riqueza em escala ampliada, reproduz simultaneamente processos de concentração, expropriação e formas de ruptura do metabolismo social entre humanidade e natureza, tendendo a subordinar tanto o trabalho quanto a natureza, às exigências da acumulação.

A materialidade histórica do abismo: desigualdade, fome e violência sistêmica

É a partir desse rearranjo das formas de acumulação que a desigualdade deixa de ser efeito colateral e opera como princípio organizador do sistema. A concentração extrema de renda e patrimônio, a generalização da precarização do trabalho, a persistência da fome em meio à abundância produtiva e a exposição desigual aos riscos ambientais e sanitários evidenciam que a crise atual não é somente econômica e ambiental, mas profundamente social e política. Trata-se de uma crise que seleciona vidas, hierarquiza existências e naturaliza a morte prematura de amplos contingentes populacionais, sobretudo nos países periféricos e entre grupos historicamente explorados (racializados e subalternizados).

A desigualdade global também precisa ser compreendida a partir da posição diferenciada das formações sociais no sistema capitalista mundial. A constituição desse sistema, marcada pela divisão internacional do trabalho e pela articulação entre centros e periferias, produziu relações assimétricas que não desapareceram com o fim formal do colonialismo (Wallerstein, 2001). Como observa Quijano (2005), a colonialidade do poder permaneceu operante na organização das relações sociais, articulando raça, trabalho e dominação e conferindo continuidade histórica às hierarquias constituídas no processo colonial.

Essa inserção diferenciada no capitalismo mundial assume formas particularmente agudas nas formações sociais latino-americanas. Se a divisão internacional do trabalho estabelece relações assimétricas entre centros e periferias, a dependência expressa uma modalidade histórica específica de inserção das economias periféricas no processo mundial de acumulação. Na América Latina, conforme analisa Marini (2011), essa condição está relacionada a formas particulares de exploração da força de trabalho, cuja expressão central é a superexploração, mediante a qual se intensifica a apropriação do trabalho e se transfere para os trabalhadores parte dos custos de

reprodução da força de trabalho. A dependência, portanto, não representa uma condição externa ou meramente conjuntural, mas uma relação estrutural inscrita na própria dinâmica do capitalismo mundial. Nessa perspectiva, a desigualdade contemporânea entre centros e periferias não pode ser dissociada das relações históricas de dependência, colonialidade e exploração que estruturam a reprodução desigual do capital em escala mundial.

Esse quadro histórico mostra que a desigualdade social, longe de constituir-se somente um traço persistente das sociedades capitalistas, assume dimensão global e se converte em uma das expressões mais agudas da crise contemporânea. Dados do *World Inequality Report 2026* revelam a magnitude dessa assimetria: os 10% mais ricos da população mundial concentram cerca de 75% da riqueza global, enquanto a metade mais pobre detém aproximadamente 2% desse total. Tal concentração expressa, em termos empíricos, uma tendência histórica à concentração e à centralização da riqueza, relacionada às dinâmicas de acumulação amplamente analisadas pela tradição marxista³. No extremo superior da distribuição, a desigualdade assume proporções ainda mais acentuadas: os 0,001% mais ricos – cerca de 56 mil adultos – controlam atualmente três vezes mais riqueza do que a metade mais pobre da humanidade. Sua participação na riqueza pessoal global, que correspondia a aproximadamente 3,8% em 1995, alcançou cerca de 6,1% em 2025, enquanto a parcela apropriada pela metade inferior permaneceu em torno de 2% (World Inequality Lab, 2026). A magnitude dessa assimetria evidencia não somente a concentração extrema do patrimônio, mas também o caráter oligárquico da ordem econômica mundial, na qual a riqueza socialmente produzida permanece apropriada crescentemente por uma reduzidíssima fração da população.

A ampliação das desigualdades de renda e patrimônio nas últimas décadas está associada a processos de liberalização financeira,

³ Marx analisa a concentração e a centralização do capital como tendências imanentes à dinâmica da acumulação capitalista e à concorrência, particularmente no Livro I de *O Capital*.

desregulação dos mercados, flexibilização das relações de trabalho e adoção de políticas fiscais regressivas. Trata-se de características do contexto neoliberal de acumulação capitalista consolidado desde os anos 1980, o que demonstra que tais processos não são neutros, mas constituídos de escolhas políticas estruturais que favorecem a transferência sistemática de riqueza, produzida pelo trabalho, para o capital (Harvey, 2014). O resultado desse processo é a corrosão dos vínculos de solidariedade social, a restrição da mobilidade socioeconômica e a intensificação de formas históricas de marginalização social, sobretudo nos países periféricos e dependentes⁴.

As consequências sociais dessa ordem desigual manifestam-se de modo particularmente dramático no campo da segurança alimentar. A fome, a subnutrição e a insegurança alimentar constituem uma das expressões mais brutais dessa ordem social profundamente desigual. Segundo o *State of Food Security and Nutrition in the World* (SOFI), aproximadamente 735 milhões de pessoas enfrentavam a fome em 2022 (FAO et al., 2023). Em 2024, a estimativa situava-se em cerca de 673 milhões, equivalentes a 8,2% da população mundial (FAO et al., 2025), revelando não uma conjuntura excepcional, mas a persistência histórica da desnutrição como elemento constitutivo da ordem capitalista global.

Relatórios da FAO, do WFP e do Global Hunger Index (2025) indicam que, neste ano, a desnutrição e a insegurança alimentar graves concentram-se, recorrentemente, em regiões do Sul Global, em países da África Subsaariana e do Sul da Ásia, regiões com longas histórias de colonialismo europeu e inserção subordinada na economia mundial. Ou seja, regiões marcadas por longas histórias de colonialismo, dependência, conflitos armados e fragilidade institucional. Séries reunidas pelo *Our World in Data*⁵ mostram que, apesar da queda global

⁴ Nos países periféricos, tais dinâmicas articulam-se a formas históricas de dependência e subordinação no sistema capitalista mundial.

⁵ Hunger and Undernourishment: What are the consequences of undernourishment and how can we make progress against hunger and undernourishment? Disponível em: <https://ourworldindata.org/hunger-and-undernourishment> Acesso em: 16 dez. 2025.

da subalimentação, a África Subsaariana permanece com a maior proporção de população subnutrida do mundo, muito acima da média global.

Ao confrontarmos o fato de que a produção global de alimentos é mais que suficiente para alimentar, fartamente, toda a população mundial, temos que a persistência da fome não decorre de limites naturais, mas sociais. Sob o capitalismo, o fenômeno da fome não pode ser interpretado como resultado de escassez natural de alimentos, mas como expressão direta das formas capitalistas de organização da produção e da circulação, que subordinam o direito à vida às leis do mercado, como indica Mota (2022). A produção mundial de alimentos é amplamente suficiente para alimentar toda a população.

Considerando a linha internacional de pobreza de US\$ 6,85 por pessoa/dia, utilizada pelo Banco Mundial para uma referência de pobreza compatível com países de renda média (World Bank, 2024), temos que isso implica uma existência marcada pela vulnerabilidade permanente e pelo acesso precário a bens e serviços essenciais. Ainda mais quando consideramos que isso representa quase a metade da população mundial. A pobreza, distante de ser um resíduo do sistema, constitui-se elemento funcional à dinâmica capitalista, sendo articulada à existência e à reprodução de uma vasta superpopulação relativa, que pressiona, continuamente, as condições de trabalho e de reprodução social da classe trabalhadora.

As adversidades ambientais aprofundam e reconfiguram essas desigualdades históricas. Relatórios do IPCC (2023) e do UNDP (2024) indicam que cerca de 80% das pessoas em situação de pobreza multidimensional⁶ estão expostas a riscos climáticos elevados, tais como ondas de calor extremo, secas prolongadas, inundações

⁶ Pobreza multidimensional refere-se a uma abordagem que vai além da renda monetária para medir a pobreza, considerando múltiplas privações em áreas essenciais como saúde, educação e condições de vida. O IPM global estrutura-se em três dimensões básicas: saúde (nutrição e mortalidade infantil), educação (anos de estudo e frequência escolar) e padrão de vida (cozinha, saneamento, água, energia, moradia e bens). No Brasil, adaptações incluem infraestrutura domiciliar e acesso a serviços, revelando perfis como pobres severos (extrema pobreza em renda e múltiplas carências) e vulneráveis.

recorrentes e poluição atmosférica. Tais emergências, no entanto, não podem ser dissociadas das relações sociais de produção: trata-se de uma crise metabólica⁷, resultante da ruptura entre sociedade e natureza, promovida pelo capitalismo, conforme já apontava Marx em seus escritos sobre a exaustão dos solos e o metabolismo social.

Outro elemento revelador das contradições estruturais do capitalismo global são as pandemias contemporâneas. A emergência da COVID-19 evidenciou, de modo particularmente brutal, a desigualdade no acesso à saúde, à renda e à proteção social. Segundo a Oxfam International, a pandemia empurrou aproximadamente 165 milhões de pessoas para a pobreza, enquanto, paradoxalmente, a riqueza dos bilionários cresceu de maneira significativa no mesmo período (OXFAM, 2023). Tal assimetria revela o caráter seletivo das respostas às emergências sanitárias e, quando subordinadas à lógica do mercado, essas respostas tendem a aprofundar vulnerabilidades históricas e a produzir verdadeiras políticas de morte⁸.

Esse quadro é completado por conflitos armados e instabilidade política. De acordo com o Banco Mundial, economias afetadas por guerras e fragilidades institucionais concentram parcela significativa da população em situação de pobreza extrema – cerca de 421 milhões de pessoas vivendo com menos de três dólares por dia nesses territórios (World Bank, 2024). Tal dado reforça a compreensão

⁷ O termo deriva da Crítica da Economia Política (Marx, 2013; 2017), em que o metabolismo é o intercâmbio material entre sociedade e natureza. A crise é a expressão da ruptura no metabolismo universal, ligando a exaustão do solo à produção agrícola intensiva capitalista (no texto, exemplificada na agricultura industrial do século XIX), que extrai mais do que restitui, gerando uma fenda metabólica. No contexto contemporâneo, autores da ecologia marxista, como Foster (2000), Santos (2024) e Burkett (1999), o aplicam com referência a questões como mudança climática, perda de biodiversidade e esgotamento de recursos, criticando o “produtivismo” capitalista, conectando-o à exploração periférica e ao desequilíbrio socioambiental global.

⁸ O conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2018), ajuda a compreender a gestão desigual da vida e da morte, pelo fato de evidenciar que o poder estatal e econômico distribui desigualmente a exposição à morte, criando “mundos de morte” onde certos grupos – marcados por raça, classe, território e heranças coloniais – são tornados sacrificáveis, enquanto outros são protegidos e preservados.

de que a violência é parte constitutiva da lógica expansiva capitalista, especialmente em contextos de disputa por recursos naturais, territórios e zonas de influência geopolítica⁹, como têm mostrado, historicamente, as ações imperialistas.

O quadro delineado sintetiza a encruzilhada histórica em que se encontra a humanidade: ou se enfrentam as raízes estruturais da desigualdade, da destruição ambiental e da violência sistêmica, por meio de transformações profundas nos modelos econômicos e políticos de produção e apropriação da riqueza, hoje dominantes, ou se naturaliza a destruição em massa. Como já advertido em reflexão anterior, vivemos a expansão de um cenário no qual se espriam, em escala global, fenômenos como obscurantismo, anticientificismo, violência difusa, práticas autoritárias e aprofundamento das assimetrias sociais, compondo um ambiente distópico marcado por regressões políticas e culturais aceleradas neste primeiro quartel do século XXI (ver Almeida, 2022). A interdependência entre desigualdade socioeconômica, desequilíbrio ambiental e violência institucional exige, assim, a nosso ver, uma abordagem dialética e totalizante, capaz de superar “soluções” fragmentadas e paliativas.

Essa dinâmica não pode ser apreendida sem considerar a unidade histórica entre capitalismo, imperialismo e dependência. A expansão do capitalismo não se realizou como um processo homogêneo de generalização das relações mercantis, mas mediante a constituição de relações hierárquicas entre formações sociais, nas quais a apropriação de riqueza e a transferência de valor se articulam à dominação econômica, política e territorial. O imperialismo, nesse sentido, não constitui uma exterioridade ao capitalismo, tampouco uma etapa superada de sua história, mas uma forma historicamente

⁹ Os padrões de guerras e conflitos armados contemporâneos frequentemente articulam interesses econômicos (controle de recursos como petróleo e minerais), geopolíticos (domínio regional e influência de potências) e estratégias de acumulação por despossessão (privatização de territórios, reconstrução lucrativa e fluxos de capital bélico). Em contextos neocoloniais, conflitos como os no Oriente Médio permitem disciplinar populações periféricas, abrir mercados para corporações transnacionais e reproduzir assimetrias no sistema-mundo capitalista.

determinada de expansão e reprodução de suas contradições em escala mundial. Na periferia, essa dinâmica assumiu a forma da dependência, submetendo as economias e os Estados nacionais a padrões de acumulação condicionados pelas necessidades de valorização do capital em escala internacional, como demonstra a tradição da teoria marxista da dependência, particularmente em Ruy Mauro Marini (2011).

A ofensiva neoliberal, consolidada a partir das últimas décadas do século XX, reconfigurou essas relações sem suprimi-las. Ao contrário, aprofundou a liberalização dos fluxos de capitais, a desregulação financeira, a privatização de bens e serviços públicos e a flexibilização das relações de trabalho, ampliando as condições para a transferência de riqueza e poder em favor do capital. A financeirização passou, então, a desempenhar papel central nesse processo, subordinando parcelas crescentes da reprodução econômica e social às exigências de valorização financeira e rentista. O resultado não foi somente a ampliação da concentração da riqueza, mas o aprofundamento das assimetrias entre centros e periferias e, no interior das próprias formações sociais, entre classes e frações de classe. Assim, capitalismo, imperialismo, dependência, neoliberalismo e financeirização não devem ser tomados como fenômenos isolados, mas como determinações articuladas de uma mesma totalidade histórica, cuja expressão contemporânea mais visível é a reprodução ampliada da desigualdade.

Consequências sociais das desigualdades globais

Na contemporaneidade, as consequências sociais oriundas das desigualdades globais assumem proporções estruturais, configurando-se como um dos eixos centrais da crise em curso. Tais desigualdades não são disfunções pontuais do sistema mundial, mas produtos necessários à dinâmica de acumulação capitalista, marcada pela reprodução ampliada das relações de exploração e dominação e pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida, expressando a materialidade histórica de um mundo no qual a abundância convive

com a miséria, a violência e a negação sistemática de direitos fundamentais, mas não sem fricções.

As desigualdades globais produzem efeitos profundos sobre o trabalho, a democracia – inclusive em sua forma liberal-burguesa – e as modalidades de dominação social. A precarização laboral é uma de suas expressões mais evidentes. Intensificada nas últimas décadas pela reestruturação produtiva, pela financeirização e pela disseminação de formas flexíveis, temporárias e informais de ocupação, ela alcança mais de dois bilhões de trabalhadores em situação de informalidade, frequentemente privados de direitos e mecanismos de proteção social e laboral (ILO, 2023). Longe de representar uma disfunção passageira, a precarização integra a dinâmica contemporânea da acumulação capitalista ao reduzir custos, ampliar a disponibilidade da força de trabalho e transferir para os trabalhadores parcelas crescentes dos riscos associados à produção e à reprodução social. Ao mesmo tempo em que fragmenta a classe trabalhadora e dificulta sua organização coletiva, a expansão de vínculos precários, temporários e subcontratados contribui para ampliar a concorrência entre os trabalhadores e pressionar as condições de venda da força de trabalho.

Nesse movimento, a precarização articula-se à produção de uma superpopulação relativa – o chamado exército industrial de reserva¹⁰ –, categoria que, em Marx (2013), designa a parcela da força de trabalho que o próprio processo de acumulação produz e reproduz como excedente em relação às necessidades imediatas do capital. Não se trata, portanto, de identificar informalidade e exército de reserva como fenômenos equivalentes, mas de compreender como diferentes formas de precarização podem integrar mecanismos mais amplos de disciplinamento e reprodução das relações de classe. Associada a ele, a exclusão digital emerge como nova dimensão da desigualdade. Apesar de a centralidade das tecnologias da informação – frequentemente apresentadas como instrumentos de democratização do conhecimento

¹⁰ O conceito de exército industrial de reserva é central na análise marxista da dinâmica do mercado de trabalho, sendo visto como um elemento necessário à própria acumulação de capital. Sobre o tema, ver Marx (2013, p. 707-708).

—, o acesso desigual à internet, a equipamentos e à alfabetização digital aprofunda clivagens sociais preexistentes. Dados da União Internacional de Telecomunicações (ITU, 2023) apontam que cerca de 2,6 bilhões de pessoas ainda permanecem desconectadas, majoritariamente em regiões pobres do Sul Global, limitando o acesso à educação, ao trabalho e à participação política. A exclusão digital, portanto, limita o acesso à informação, à educação e ao trabalho, mas também reforça a marginalização política e social de amplos contingentes populacionais.

As desigualdades globais articulam-se, ainda, a formas históricas de opressão baseadas em raça e gênero, aprofundando o racismo e a dominação patriarcal. Como argumenta Fraser (2022), o capitalismo contemporâneo atua por meio da articulação entre exploração econômica, expropriação racializada e subordinação de gênero, produzindo múltiplas camadas de vulnerabilidade social. Mulheres, especialmente mulheres negras e racializadas, acumulam formas sobrepostas de exploração, concentrando-se nos setores mais precarizados do mercado de trabalho, acumulando jornadas reprodutivas não remuneradas, sendo desproporcionalmente afetadas pela pobreza, pela fome e pela violência. Assim, a desigualdade não é uniforme, mas atravessada por relações sociais historicamente construídas que intensificam a exploração e a subalternização.

No plano político-institucional, o aprofundamento das desigualdades articula-se à crise das condições sociais de reprodução da democracia. Para Fraser (2022), as contradições do capitalismo contemporâneo não se limitam à relação entre produção e distribuição da riqueza: atingem também as condições de reprodução social, os mecanismos de cuidado, a natureza e a própria capacidade das instituições democráticas de responder às necessidades coletivas. À medida que a riqueza e o poder se concentram, enquanto se precarizam as condições de existência de parcelas crescentes da população, amplia-se o distanciamento entre as promessas formais da democracia liberal-burguesa e a experiência material das maiorias subalternizadas. Nesse terreno de frustração, insegurança e perda de referências coletivas,

discursos de ódio, extremismos políticos e soluções autoritárias encontram condições de expansão, frequentemente deslocando para grupos racializados, pobres, migrantes, mulheres e outras populações vulnerabilizadas as contradições produzidas pela própria ordem social. O Brasil, sob o governo de Jair Bolsonaro, foi uma expressão particularmente eloquente dessa dinâmica.

A desigualdade como marca histórica do capitalismo global

As desigualdades examinadas ao longo deste texto adquirem, portanto, uma dimensão histórica que não pode ser dissociada da formação do sistema-mundo moderno. Se a colonialidade expressa a permanência histórica de estruturas de poder, classificação social e dominação constituídas no processo colonial e articuladas à expansão do capitalismo, suas manifestações contemporâneas podem ser observadas na distribuição desigual da riqueza, na divisão internacional do trabalho, na dependência tecnológica e financeira e na exposição diferenciada de populações e territórios aos efeitos das crises econômica, ambiental e social. A inserção subordinada dos países periféricos não representa, assim, uma anomalia externa ao funcionamento do sistema, mas uma de suas formas históricas de reprodução.

Do ponto de vista histórico, a fome manifesta-se de maneira mais intensa nos países periféricos e dependentes, cujas economias foram historicamente moldadas por processos coloniais, neocoloniais e imperialistas. A inserção subordinada desses países no sistema capitalista mundial reforça padrões de monocultura, dependência tecnológica e vulnerabilidade externa, aprofundando a insegurança alimentar e a dependência de mercados globais voláteis. É nesse momento do capitalismo contemporâneo que a desnutrição pode operar como mecanismo de reprodução e disciplinamento social, afetando sobretudo a classe trabalhadora, populações racializadas e comunidades camponesas e indígenas.

Analisando sob a perspectiva histórico-dialética, vê-se que tais processos não são desconectados entre si. A fome, a precarização do trabalho, o racismo, a violência de gênero e a fragilidade política da democracia liberal-burguesa constituem manifestações distintas de uma mesma e contraditória totalidade social: ou se reforça a lógica da mercantilização, exploração e marginalização que sustenta o capitalismo global, ou se constroem alternativas baseadas na solidariedade social, na justiça redistributiva e na reapropriação coletiva das condições materiais da existência. Essa é a contradição exposta e inerente à própria ordem contemporânea.

Na compreensão da problemática aqui abordada, a desigualdade é resultante das relações sociais de produção e da correlação de forças entre classes e frações de classe no interior do capitalismo global. Tal processo exige o enfrentamento das bases estruturais da acumulação capitalista, da colonialidade persistente e da financeirização da vida social. Sem esse movimento crítico e político, revolucionário, a desigualdade social seguirá operando como eixo organizador da ordem mundial, aprofundando a vicissitude que coloca a própria continuidade da vida humana sob ameaça.

Nessa direção, a superação das desigualdades globais exige mais do que reformas pontuais ou políticas compensatórias. Ela demanda a subversão total das bases econômicas, políticas e ideológicas do sistema vigente, bem como a construção de projetos societários orientados pela centralidade do trabalho, pela universalização dos direitos sociais e pela cooperação internacional solidária.

Ao observarmos atentamente, veremos que, na longa duração histórica, o capitalismo consolidou-se por meio de mecanismos de acumulação primitiva e, posteriormente, de acumulação ampliada, que produziram e continuam a reproduzir profundas assimetrias entre países centrais e periféricos, bem como no interior das próprias formações sociais nacionais. A transição para o neoliberalismo, a partir das últimas décadas do século XX, distante de mitigar tais desigualdades, as aprofundou, significativamente, ao subordinar os Estados nacionais às exigências do capital financeiro transnacional, por

meio de políticas de privatização, austeridade e desregulação (sobre o tema, ver Almeida, 2009). Processos de liberalização financeira, desregulação dos mercados, privatização de bens públicos e enfraquecimento dos sistemas de proteção social reconfiguraram o papel do Estado, subordinando-o cada vez mais às exigências do capital financeiro transnacional (Harvey, 2008).

Dados recentes corroboram essa leitura. Segundo o relatório do *Survival of the Richest*, da Oxfam (2023), 1% mais rico da população mundial apropriou-se de quase dois terços de toda a nova riqueza gerada no mundo desde 2020, enquanto bilhões de pessoas enfrentam estagnação de renda, insegurança alimentar e precarização do trabalho. O mesmo relatório aponta que a riqueza acumulada pelos bilionários cresce em ritmo muito superior ao da economia real, evidenciando a dissociação entre produção social da riqueza e sua apropriação privada. A financeirização, entendida como crescente centralidade das finanças, dos mercados financeiros e das formas rentistas de apropriação da riqueza, caracterizada pela predominância das atividades especulativas sobre o investimento dito produtivo, pelo crescente peso dos mercados financeiros, pelo rentismo, pelo endividamento e, principalmente, pela influência da lógica financeira sobre as políticas públicas, com efeitos devastadores sobre o emprego, os salários e a soberania econômica dos Estados nacionais, tem protagonismo nesse teatro.

Piketty (2014), a partir de extensa base histórica e empírica, demonstrou que, em determinados períodos, a taxa de retorno do capital tende a superar a taxa de crescimento da economia, favorecendo processos cumulativos de concentração de renda e patrimônio¹¹. Sob essa perspectiva, a concentração patrimonial apontada por ele não constitui, por si só, demonstração da contradição capital-trabalho; ela

¹¹ A abordagem de Piketty não se confunde com a crítica marxiana da economia política: enquanto ele concentra sua análise na dinâmica distributiva e nas condições históricas que produzem a concentração patrimonial, Marx procura apreender as relações sociais na base da produção e apropriação da riqueza sob o capitalismo. A aproximação entre ambos, portanto, não deve ser feita pela identificação de suas categorias, mas pela possibilidade de compreender como evidências empíricas contemporâneas acerca da concentração da riqueza podem ser relacionadas às determinações estruturais da relação entre capital e trabalho.

pode, entretanto, ser lida como uma de suas manifestações históricas, quando articulada às relações de exploração, apropriação privada e reprodução ampliada do capital analisadas por Marx.

A concentração da riqueza, entretanto, não se esgota em sua dimensão distributiva. Ela expressa relações sociais que atravessam as esferas econômica, política e social, incidindo sobre as condições de vida, de trabalho e de reprodução das maiorias subalternizadas. A crítica da desigualdade precisa ultrapassar tanto a leitura estritamente distributiva quanto a interpretação moral da concentração patrimonial: trata-se de apreender as mediações pelas quais a apropriação privada da riqueza socialmente produzida se articula à exploração do trabalho, à reprodução das hierarquias sociais e à concentração do poder econômico e político. Assim, o problema não reside somente em saber quanto da riqueza cabe a cada grupo, mas em compreender as relações sociais que permitem que uma parcela restrita da sociedade se aproprie, reiteradamente, de uma riqueza produzida socialmente.

Não se trata, portanto, de converter a formulação de Piketty em uma comprovação empírica da teoria marxiana, mas de colocar em diálogo uma evidência histórica sobre a concentração da riqueza com uma teoria das relações sociais que explicam sua produção e reprodução.

No entanto, essa dinâmica desigual não pode ser reduzida a uma problemática exclusivamente econômica. Ela assume contornos econômicos, políticos e sociais, na medida em que define as condições de vida, de trabalho e de reprodução social das maiorias subalternizadas. Em contextos de crise – sejam econômicas, sanitárias, ambientais ou bélicas, ou conectadas num mesmo processo, como parte do mesmo processo aqui analisado –, a desigualdade atua como um dispositivo de seleção social, determinando quais grupos são mais expostos à morte prematura, à fome, à migração forçada e à violência. Como observa Mbembe (2018), o capitalismo contemporâneo articula-se a formas de necropolítica que administram a vida e a morte em escala global.

O cenário social apresentado impõe reflexões que transcendem os aspectos estritamente econômicos, apontando para possibilidades

históricas de transformação da ordem vigente. Em um contexto marcado pelo avanço de forças conservadoras e autoritárias, pela fragmentação das formas tradicionais de organização coletiva e pelo estreitamento dos horizontes de transformação social, as alternativas emancipatórias enfrentam obstáculos significativos. Isso não significa, contudo, a inexistência de possibilidades de resistência ou de construção de projetos contra-hegemônicos, mas evidencia a correlação desfavorável de forças em que se desenvolvem as lutas sociais contemporâneas. Nesse terreno, mesmo agendas voltadas à justiça social, à redistribuição da riqueza e à sustentabilidade planetária encontram limites impostos pelas próprias relações sociais capitalistas, que condicionam sua realização e tendem a absorver, restringir ou neutralizar iniciativas que ameacem suas bases de reprodução.

Sob essas condições históricas, a própria solidariedade internacional encontra dificuldades para se afirmar diante da fragmentação social, da competição entre trabalhadores e povos e da permanência de interesses nacionais e econômicos que atravessam a ordem mundial. Ainda assim, a existência desses obstáculos não elimina a possibilidade de construção de formas de resistência e cooperação capazes de disputar os sentidos da transformação social. O que está em questão é, precisamente, a capacidade de tais forças construírem alternativas que ultrapassem os limites impostos pela reprodução das relações capitalistas. Nesse sentido, o imperativo histórico mínimo da preservação da vida humana encontra-se tensionado pela finitude do planeta e pela desigual distribuição das condições materiais de existência.

Considerações “in-conclusivas”

A crise em curso revela a gravidade da encruzilhada em que a humanidade se encontra. Desigualdades sociais e globais, mudanças climáticas e degradação ambiental configuram ameaças existenciais de grande escala. Nesse cenário, a desigualdade global se apresenta não somente como uma injustiça social persistente, mas como risco para a

própria sobrevivência humana. A concentração extrema de riqueza, a precarização da vida de bilhões de pessoas e a degradação ambiental evidenciam um modelo de sociabilidade que mercantiliza a existência e naturaliza a exclusão (Piketty, 2014; Fraser, 2022).

Ela expressa o esgotamento de um modelo econômico fundado na exploração, na mercantilização e na desigualdade, ao mesmo tempo em que revela a encruzilhada diante da qual se encontra a humanidade neste primeiro quartel do século XXI. Ou se enfrentam as bases materiais e simbólicas que sustentam essa ordem social na qual as desigualdades sociais se aprofundam cada dia mais, agravadas pela violência; obscurantismo, anticientificismo e autoritarismo se alastram, deixando de ser exceção para se converterem em regra.

Encarar essa incômoda metáfora – incômoda porque preocupante e urgente –, geradora de tantos debates, nos faz mirar o horizonte humano e social deste primeiro quartel do século XXI a partir da condição histórica de estar “à beira do abismo”. Isso significa reconhecer que a sobrevivência da humanidade depende da capacidade de enfrentar, estruturalmente, as desigualdades globais, tendo como ponto de partida o fato de o capitalismo contemporâneo produzir riqueza concentrada e miséria generalizada, colocando em risco tanto a justiça social quanto as condições materiais de vida no planeta.

Mais do que reformas pontuais, impõe-se construir alternativas históricas baseadas na ruptura profunda de tais relações de produção e apropriação e, a curtíssimo prazo, na redistribuição da riqueza – a partir da centralidade do trabalho –, na sustentabilidade ecológica e na solidariedade internacional. Em um mundo marcado por limites ambientais e profundas assimetrias sociais, a escolha entre barbárie e emancipação assume a forma de um imperativo histórico. Trata-se de construir um novo paradigma no qual a vida, e não o capital, seja o centro das decisões humanas, ainda que as condições históricas sejam adversas e não determinem antecipadamente o resultado da luta.

Referências

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Distopia e barbárie: as múltiplas faces do monstro que devora o século XXI. In: ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de; BERTONI, Luci Mara (org.). *Distopia, barbárie e contraofensivas no mundo contemporâneo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *Globalização: a nova retórica do velho imperialismo: uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/4078>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BURKETT, Paul. *Marx and nature: a red and green perspective*. New York: Palgrave, 1999.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESCURRA, Miguel F. Marx e a pobreza ou a influência do aumento do capital sobre a sorte da classe trabalhadora. *Revista Katálysis*, v. 22, n. 3, p. 588-599, 2019.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023*. Rome: FAO, 2023.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024*. Rome: FAO, 2024.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025: addressing high food price inflation for food security and nutrition*. Rome: FAO, 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/home/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en>. Acesso em: 11 set. 2026.

FOSTER, John Bellamy. *Marx's ecology: materialism and nature*. New York: Monthly Review Press, 2000.

- FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.
- GLOBAL HUNGER INDEX. *Global Hunger Index 2025: unequal progress in a divided world*. Bonn: Welthungerhilfe; Dublin: Concern Worldwide, 2025.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- HARVEY, David. *Uma breve história do neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.
- ILO. *World Employment and Social Outlook: Trends 2023*. Geneva: International Labour Organization, 2023.
- IPCC. *Climate Change 2023: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Geneva: IPCC, 2023.
- ITU. *Facts and Figures 2023: Measuring Digital Development*. Geneva: International Telecommunication Union, 2023.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. cap. 23.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOTA, Ana Elisa. Desigualdade, fome e produção de alimentos. *Revista Katálisis*, v. 25, n. 2, p. 269-279, 2022.
- OXFAM INTERNATIONAL. *Survival of the richest*. Oxford: Oxfam, 2023.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Jéssica B. O pensamento ecológico de Marx: a “ruptura metabólica” e a crítica da sociedade capitalista. *Revista Em Pauta*, n. 52, 2024.

UNDP. *Human Development Report 2023/2024*. New York: UNDP, 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Lisboa: Gra-diva, 2001.

WORLD BANK. *Poverty and Shared Prosperity 2024: correcting course*. Washington, DC: World Bank, 2024.

WORLD INEQUALITY LAB. *World Inequality Report 2026*. Paris: World Inequality Lab, 2026. Disponível em: <https://wir2026.wid.world/>. Acesso em: 11 set. 2026.